

1
Aprovado por
maioridade
B

ACTA 2/2014

-- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na segunda sessão ordinária do ano de dois mil e catorze, no auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mafra; 3) Projecto de Regulamento para Atribuição do Cartão Família; 4) Conselho Municipal de Segurança; 4.1.) Eleição de quatro Presidentes de Juntas de Freguesia; 4.2.) Eleição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade; 4.3.) Tomada de posse; 5) Alteração ao mapa de pessoal na sequência da implementação da nova Estrutura Orgânica; 6) Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal; 7) Autorização prévia ao abrigo da Lei dos Compromissos; 8) Proposta de nomeação do auditor externo, responsável pela Certificação Legal das Contas do Município; 9) Modificação aos Documentos Previsionais dois mil e catorze – primeira revisão; 10) Empresas Municipais, Participadas e Associações – Relatórios e Contas do ano de dois mil e treze; 11) Prestação de Contas do Ano Económico dois mil e treze. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Américo José Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Bela Pinto Castanheiro; Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Aníbal Rolim Ferra; António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); Cidália Craveiro, que substitui Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Daniel Filipe Silva Rebelo; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José António Petulante Parente; José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); José Manuel Antunes Graça; José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes, que substitui Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria da Graça Novais Figueiredo; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azeira e Sobral da Abelheira); Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; Pedro Miguel Fernandes Tomás; Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; e, por último, Américo José Oliveira Peralta (Primeiro Secretário). Verificaram-se as ausências de Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros) e de Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira, cujas faltas a mesa deliberou justificar, assim como de José Manuel Portela Tomás, cuja falta foi injustificada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de antes da ordem do dia**, colocando à apreciação a acta número um de dois mil e catorze. Neste âmbito, informou que recebeu, de José Graça, um pedido para introdução de três alterações no projecto de acta, descritas na mensagem de correio electrónico que se anexa com a designação de ANEXO UM. Declarou que a primeira dessas



alterações, uma vez que é referente à entrega de um requerimento que não foi objecto de apresentação ou discussão na sessão em causa, não pode ser acolhida. Não obstante considerar que a acta é resumo do que foi dito, propôs que a segunda e terceiras alterações fossem inseridas no respectivo texto. -----

-- Tomou a palavra o Senhor José Graça, dizendo que o não registo em acta do referido requerimento constitui uma decisão da livre vontade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sublinhando que o Partido Socialista sabe interpretar a lei e o regimento deste órgão. Quanto às restantes alterações, referiu que as mesmas são a reposição da verdade, ou seja, daquilo que foi dito nesta Assembleia. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que considera que o projecto de acta corresponde à verdade do que foi dito e que as duas alterações que se propõe acolher apenas constituem uma clarificação de posições políticas expressas na sessão. De seguida, e uma vez inseridas as referidas alterações, colocou o ponto à votação. -----

-- A Assembleia Municipal de Mafra deliberou aprovar, por maioria (com trinta e três votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, oito do PS, um da CDU e um do CDS; e quatro abstenções, das quais uma do PS, duas da CDU e uma do BE), aprovar a acta número um de dois mil e catorze. O Senhor Júlio Lopes apresentou declaração de voto verbal, com o seguinte teor: "Abstive-me porque estive ausente da reunião". -----

-- De seguida, tomou a palavra o Senhor Filipe Abreu, dando as boas vindas, em nome da Junta de Freguesia da Ericeira, aos membros da Assembleia Municipal. Louvou a iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na medida em que, ao promover a descentralização das sessões deste órgão, está a celebrar a democracia. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Bruno Ribeiro apresentou, em nome do PSD, uma moção sobre o Vinte e Cinco de Abril e o Primeiro de Maio, que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO DOIS". -----

-- Interveio o Senhor José Graça, passando a efectuar, em nome do Partido Socialista, a leitura de uma declaração política relativa às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, a qual se anexa à acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo, que efectuou, em nome dos eleitos da CDU, a leitura de uma declaração política sobre os quarenta anos da revolução de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, que se anexa à acta com a designação de "ANEXO QUATRO". -----

-- Interveio a Senhora Dona Fátima Caracol, saudando as recentes iniciativas municipais em matéria de desenvolvimento turístico, pelo que destacou, entre outros, a realização do Curso Internacional de Música Antiga, a criação de novos lugares de estacionamento em Mafra, os alargamentos dos horários de funcionamento do Mercado Municipal da Ericeira e dos bares e restaurantes da Ericeira e da Foz do Lizandro e a realização de uma etapa do Campeonato Nacional de Surf. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual a expectativa de abertura das novas instalações da praia de Ribeira d'Ilhas. Mais questionou sobre quais os objectivos que presidiram à proposta de constituição do Conselho Municipal de Turismo e para quando a sua entrada em funcionamento. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Pedro Tomás manifestou-se surpreendido com a moção do PSD sobre o Vinte e Cinco de Abril e o Primeiro de Maio, porquanto aquele partido político votou contra, na sessão anterior, uma proposta de comemorações da efeméride. Não obstante, o PS disse que votaria a favor da presente moção desde que, do texto da mesma, fossem retiradas as referências ao PSD, passando a ser subscrita pela Assembleia Municipal, no seu todo. De seguida, passou a efectuar, em nome do PS, a leitura de uma proposta de constituição da Comissão Municipal de Cultura, a qual se anexa à acta com a denominação de "ANEXO CINCO". -----

-- Interveio o Senhor Domingos Santos, esclarecendo que, conforme sublinhado na anterior sessão, o PSD considera que as comemorações da efeméride devem ser

efectuadas pelo povo e para o povo, razão pela qual votou contra a proposta em causa. De seguida, congratulou-se com a criação do Grupo de Acção Local, que congrega os Municípios de Mafra, Sintra e Loures, convidando os actores locais, públicos e privados, a estabelecer redes de parceria para uma utilização agregada dos fundos comunitários. Seguidamente, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre quais os procedimentos que estão a ser desenvolvidos com vista a facilitar o licenciamento das estufas agrícolas. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro leu um documento relativo ao Vinte e Cinco de Abril, que se anexa à acta com a denominação "ANEXO SEIS". Procedeu, também, à leitura de um texto sobre o estacionamento no Largo da Praça, que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO SETE". -----

-- Tomou a palavra o Senhor Aníbal Ferra, dizendo que, na sua opinião, a moção apresentada pelo PSD quanto ao Vinte e Cinco de Abril e ao Primeiro de Maio revela hipocrisia, considerando que aquele Partido e o CDS têm vindo a aprovar, na Assembleia da República, muitas medidas que são ataques aos trabalhadores e aos reformados, acelerando a emigração da mais qualificada geração deste país. Não obstante, declarou que iria votar favoravelmente. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Eduardo Libânio referiu-se ao ponto três do artigo doze do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra: "*É proibido às caravanas e autocaravanas estacionarem fora dos Parques de Campismo, por mais de oito horas, em local da via pública ou em parque ou zona de estacionamento, constituindo estacionamento proibido ou abusivo nos termos previstos na alínea e) do artigo trinta e cinco do presente Regulamento*". Informou que a CDU tem recebido, da parte de mafrenses e turistas, queixas sobre esta proibição. Considerando que são cerca de quatrocentos mil os caravanistas que visitam Portugal e oitenta mil os portugueses que viajam em autocaravanas, muitos dos quais se deslocam ao Concelho de Mafra, questionou esta proibição, além do que não existe nenhuma área de serviço para autocaravanas no Concelho de Mafra, o que, na sua opinião, prejudica o comércio. Assim, apelou à revisão deste regulamento. -----

-- Interveio o Senhor Júlio Lopes, saudando a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal e propondo que o mesmo sucedesse com as reuniões públicas da Câmara. Enquanto morador na Ericeira, manifestou o seu desagrado pelo início tardio das obras de recuperação da frente de mar após as intempéries, declarando que a Câmara Municipal já deveria, pelo menos, ter iniciado as limpezas. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Isilda Pegado pronunciou-se quanto à proposta de criação do Conselho Municipal da Cultura, apresentada pelo PS. Esclareceu que, para o PSD, a promoção da cultura não se esgota na constituição de estruturas burocráticas: é uma realidade viva, que não tem por fim o consumo de recursos, mas é ela própria potenciadora de recursos. Atendendo a que as principais entidades desta área são participantes do Conselho Municipal de Turismo e que a Comissão Estratégica Municipal para a candidatura do "Palácio, Convento e Tapada de Mafra" a Património Mundial da UNESCO integra pessoas ligadas a esta área, disse considerar que a proposta agora apresentada constitui mais do mesmo, pelo que não votará favoravelmente. -----

-- O Senhor Pedro Tomás disse estranhar que a Senhora Dona Isilda Pegado critique a existência destas estruturas quando foi Deputada da Nação. Além disso, esclareceu que, nos termos do regulamento desta Assembleia, está prevista a criação de comissões, as quais constituem meios fundamentais para promover a democracia e, sobretudo, escutar a população. -----

-- A Senhora Dona Isilda Pegado retorquiu que não se opõe, de modo algum, à criação de comissões. Porém, frisou que o seu objecto deve ser útil, não sendo este o caso, na medida em que já existem duas estruturas para a mesma função. -----

-- O Senhor Pedro Tomás esclareceu que nenhuma destas duas estruturas são comissões. -----

-- Interveio a Senhora Dona Marta O'Neill, saudando as iniciativas municipais em matéria de juventude, que estimulam a participação cívica dos jovens, entre as

quais a criação do Conselho Municipal de Turismo, a Bolsa de Ideias para a Juventude e as Jornadas da Juventude, que neste ano se destacam pela diversidade das actividades, entre as quais uma inovação que é a LAN Party. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apelou à capacidade de síntese dos membros, considerando o tempo decorrido desde o início da sessão. -----

-- No uso da palavra, o Senhor José Graça solicitou que a Senhora Dona Isilda Pegado esclareça quais são as comissões existentes, pois o que foi afirmado pode levar o público a ter uma ideia desvirtuada do que é este órgão. De seguida, referiu que, em reunião de Câmara, o Presidente afirmou que apenas tinha tido conhecimento, no dia anterior, do pedido de visita às instalações da Protecção Civil formulado pelos membros do PS na Assembleia Municipal, razão que impossibilitou que estivessem reunidas as condições operacionais para a sua realização. Assim, questionou se o Presidente da Assembleia Municipal não cumpriu as suas funções, no encaminhamento atempado do requerimento apresentado pelos membros do PS. -----

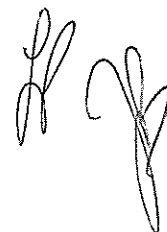
-- Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não se tratou de um requerimento, mas sim de uma entrada de correspondência. Mais esclareceu entender que esta visita não deveria ser exclusiva do grupo municipal do PS, mas sim alargada a todos os membros da Assembleia Municipal, por ocasião da apresentação do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, informação esta que teve a oportunidade de transmitir aos Senhores Pedro Tomás e José Graça. -----

-- Interveio o Senhor Américo Peralta, referindo-se à falta de emprego no Concelho de Mafra, que considerou uma situação preocupante. Assim, questionou se está a ser promovida a formação aos desempregados e se está prevista a constituição de *start-ups*, apoiando a criação de novos negócios. -----

-- Invocando a defesa de honra, o Senhor José Graça declarou que a correspondência dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal está encimada de "requerimento", além do que faz a invocação da Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, em matéria de competências dos membros deste órgão. Assim, disse que o PS não aceita que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faça interpretações sobre o cumprimento da lei. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse considerar que já foram prestados todos os esclarecimentos sobre esta matéria. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações tidas por convenientes, face às questões que lhe foram dirigidas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por afirmar que os mercados municipais constituem uma montra privilegiada para divulgação dos produtos locais, pelo que o alargamento de horário proposto para o mercado da Ericeira é uma entre várias iniciativas pretendidas para dinamização daquele espaço. Sobre o alargamento dos horários de funcionamento dos bares e restaurantes no centro urbano da Ericeira, às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, disse entender que este nem sempre é um tema pacífico, mas que esta dinâmica é fundamental para garantir o reforço turístico na orla costeira. Deu conta que, a este propósito, foi realizada uma reunião de sensibilização com os comerciantes. Quanto ao estabelecimento de restauração e bebidas da praia de Ribeira d'Ilhas, informou que já foi assinado o contrato referente à concessão, pelo que, brevemente, este vai entrar em funcionamento. Atendendo a que foram assinados contratos de comodato com o Ericeira Surf Clube e com a Associação de Escolas de Surf para a utilização dos espaços vocacionados para apoio aos desportos de ondas, assim promovendo o usufruto da praia pela comunidade surfista local, considerou que estão reunidas as condições para o pleno funcionamento de Ribeira d'Ilhas na próxima época balnear. Sobre a Comissão Municipal de Turismo, esclareceu que a intenção é reunir, no mesmo fórum de consulta do Executivo Municipal, aqueles que intervêm nesta área – que interage, directa e interligadamente, com a cultura. No que diz respeito ao licenciamento de estufas agrícolas, informou que está, em consulta pública, uma alteração ao regulamento municipal, de modo a simplificar



procedimentos e promover a celeridade na apreciação dos pedidos, medida esta que se integra numa política mais alargada de apoio ao sector agrícola. Sobre as autocaravanas, começou por afirmar que, contrariamente ao que foi dito, o Parque de Campismo da Ericeira dispõe de uma área de serviço, com capacidade para receber cinquenta veículos, pelo que é um dos maiores parques da Área Metropolitana de Lisboa. Esclareceu que não é intenção da Câmara Municipal dificultar o autocaravanismo, mas têm sempre de existir regras para salvaguardar os interesses colectivos. Quanto às intervenções de recuperação da orla costeira após as intempéries, disse não se rever nas críticas que foram dirigidas à actuação da Câmara Municipal, tanto mais que, efectuando uma mobilização alargada, desde logo foi realizada uma intervenção imediata na limpeza, a qual terá passado despercebida ao olhar menos atento. Explicou que o valor dos prejuízos foi muito elevado, superior a meio milhão de euros, tendo-se verificado a necessidade de realizar, complementarmente, candidaturas para comparticipação através de fundos comunitários, de modo a minimizar o impacto financeiro no orçamento municipal e, conseqüentemente, no apoio que é prestado às populações no contexto da actual conjuntura. Por último, no que concerne à promoção do emprego, informou que foi celebrado um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, com vista à criação de um centro de formação, evitando assim que, para participar nas acções formativas, os desempregados se desloquem para fora do Concelho. Mais informou que a Câmara Municipal pretende criar uma incubadora de negócios, com pólos em Mafra e na Ericeira associados, respectivamente, à promoção da ruralidade e da maritimidade. -----

-- De novo no uso da palavra, o Senhor Júlio Lopes disse que as afirmações efectuadas a propósito da limpeza das praias foram sustentadas com aquilo que verificou no local. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a moção apresentada pelo PSD a propósito do Vinte e Cinco de Abril e do Primeiro de Maio. -----

-- O Senhor Pedro Tomás questionou, na sequência da intervenção já por si efectuada, se o PSD estaria disponível para acolher a alteração proposta, no sentido de que a moção fosse subscrita, não por aquele Partido, mas sim pela Assembleia.

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que, uma vez aprovada, a moção expressa a posição da Assembleia, independentemente do Partido que a propôs. -----

-- De seguida, colocou a moção à votação, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e três do PSD e um do CDS) e treze abstenções (nove do PS, três da CDU e um do BE). Apresentaram declarações de voto verbais: o Senhor José Martinez, declarando que a CDU se absteve porque a moção tem considerandos e conclusões que merecem a sua discordância, nomeadamente quanto aos benefícios para Portugal da adesão à União Europeia e à moeda única, além do que considera que as duas efemérides – Vinte e Cinco de Abril e Primeiro de Maio – merecem moções distintas; o Senhor José Graça, declarando que o PS se absteve perante a apropriação indevida do PSD relativamente ao Vinte e Cinco de Abril, mantendo o logótipo do Partido na moção, quando votou contra a realização de comemorações dos quarenta anos da efeméride. -----

-- De seguida, colocou à votação a proposta de criação do Conselho Municipal de Cultura, a qual foi rejeitada com vinte e quatro votos contra (vinte e três do PSD e um do CDS) e treze votos a favor (nove do PS, três da CDU e um do BE). -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o período da **ordem do dia**, nomeadamente o ponto número um "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu nada ter a aditar face à informação previamente distribuída. -----

- Interveio a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo, formulando as questões constantes do documento que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO OITO". -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, face à extensa lista de perguntas colocadas, bem como ao seu grau de detalhe, a resposta seria dada por escrito. -----
- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número dois, "**Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mafra**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- Em complemento à informação previamente distribuída, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, após consulta pública, se submete à aprovação o regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mafra, órgão este que se constitui como um fórum activo de participação dos jovens no desenvolvimento do Concelho de Mafra. -----
- Procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Mafra, conforme documento anexo. -----
- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número três, "**Projecto de Regulamento para Atribuição do Cartão Família**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- O Presidente da Câmara Municipal aditou, face à informação distribuída, que o presente projecto se integra na política municipal de apoio às famílias, eixo estruturante para a sustentabilidade do desenvolvimento do Concelho de Mafra. Explicou que este cartão pretende conceder benefícios às famílias numerosas ou em situação de vulnerabilidade económica. -----
- Tomou a palavra o Senhor Pedro Tomás, declarando que o PS vota favoravelmente esta proposta. No entanto, recordou que as famílias de Mafra já foram presenteadas com o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Sobre o Cartão Família, propôs que estes benefícios fossem alargados, nomeadamente ao IMI, para as famílias carenciadas e numerosas. -----
- Interveio a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro, efectuando a leitura do documento que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO NOVE". -----
- Procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar o Regulamento para Atribuição do Cartão Família, conforme documento anexo. -----
- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro, "**Conselho Municipal de Segurança**", informando que, na sequência da aprovação do regulamento provisório deste órgão, é necessário proceder à **Eleição de quatro Presidentes de Juntas de Freguesia, à Eleição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade** e à posterior **Tomada de Posse**, nos termos dos pontos 4.1., 4.2. e 4.3. da ordem de trabalhos. -----
- Tomou a palavra o Senhor Domingos Santos, apresentando, em nome do PSD, a proposta que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO DEZ". -----
- Não havendo mais intervenções, nem mais propostas, procedeu-se à votação. -
- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria (vinte e cinco votos a favor, cinco votos contra, um voto nulo e cinco votos em branco), nos termos do disposto na alínea d), do número um, do artigo quinto da Lei número trinta e três/ noventa e oito, de dezoito de Julho, eleger os seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia/ Uniões de Freguesia, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: JOAQUIM FILIPE ABREU DOS SANTOS - Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira; ANTÓNIO MANUEL RAMALHO

PEREIRA – Presidente da Junta de Freguesia de Mafra; JOSÉ JOAQUIM FERRÃO DA COSTA PINHEIRO – Presidente da União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça; JORGE MANUEL ZEFERINO LOURENÇO – Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés. -----

-- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, nos termos do disposto na alínea j), do número um, do artigo quinto da Lei número trinta e três/ noventa e oito, de dezoito de Julho, designar os seguintes cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: LUÍS FILIPE DE ALMEIDA CORDEIRO; JORGE MANUEL MONTEIRO BARREIROS – Professor. -----

-- A Assembleia Municipal, nos termos do artigo nono da Lei número trinta e três/ noventa e oito, de dezoito de Julho, deu posse aos membros do Conselho Municipal de Segurança, conforme termo de posse que se junta em anexo (ANEXO ONZE).

-- A Assembleia Municipal, sob proposta do seu Presidente, deliberou, por unanimidade, autorizar que, a qualquer momento, o Presidente confira posse aos membros que faltaram aquando da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança. -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Isilda Pegado, endereçando votos de bom trabalho aos empossados, os quais foram escolhidos e reconhecidos entre os pares pelas suas qualidades. Considerando que não há vida em sociedade sem segurança, classificou de muito importante a tarefa que vai ser desenvolvida pelos membros deste Conselho Municipal, o qual, enquanto órgão consultivo, tem de ser capaz de formar e informar as diferentes decisões que vão ser tomadas em matéria de segurança, com conhecimento da realidade e de uma forma fundamentada. Acrescentou que, hoje, a segurança não se esgota no problema da criminalidade, tendo raízes nas funções sociais e nas situações problemáticas que, tantas vezes, têm estado na origem desta criminalidade. Assim, formulou o pedido de que cada um exerça a sua função com empenho, gosto, zelo e sentido de dever cumprido, em especial em nome das próximas gerações. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para usar da palavra, tendo endereçado os seus agradecimentos aos novos membros pela disponibilidade manifestada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou, nos termos do regimento, a autorização dos membros para que a sessão se prolongue para além das vinte e quatro horas do dia vinte e nove de Abril. -----

-- Interveio o Senhor José Graça, dizendo que este pedido constitui uma situação recorrente, considerando que as ordens de trabalho são demasiado extensas, não contribuindo para a desejável eficácia das intervenções. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria (com vinte e três votos a favor, dos quais vinte e um do PSD, um do CDS e um do PS; duas abstenções, das quais uma da CDU e uma do BE; e nove votos contra, dos quais sete do PS e dois da CDU), dar continuidade à sessão. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número cinco, **"Alteração ao mapa de pessoal na sequência da implementação da nova Estrutura Orgânica"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a alteração proposta decorre, por sua vez, da alteração operada na estrutura orgânica dos serviços municipais, aprovada pela Assembleia Municipal. Trata-se de uma reafecção dos recursos humanos às novas unidades orgânicas criadas, sem qualquer aumento ou redução no quadro de pessoal. -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e quatro votos a favor, dos quais vinte e um do PSD e três da CDU; oito votos contra do PS; e uma abstenção do CDS), nos termos das disposições conjugadas do número três do artigo quinto da Lei número doze-A/dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, na sua redacção actual, com a alínea o), número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de dois



mil e catorze, na sequência da implementação da nova estrutura orgânica, em conformidade com a documentação em anexo. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número seis, "**Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, em cumprimento da lei, o órgão executivo deve dar conhecimento, ao órgão deliberativo, dos compromissos assumidos ao longo dos meses de Março e Abril, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal. Mencionou que tais compromissos estão enumerados na informação previamente distribuída. -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais, constantes do documento em anexo, ao abrigo das autorizações prévias no âmbito da Lei dos Compromissos, já concedidas pela Assembleia Municipal. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número sete, "**Autorização prévia ao abrigo da Lei dos Compromissos**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o compromisso em questão está detalhado na informação distribuída, solicitando-se a autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção do mesmo a título plurianual. ----

-- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, deliberou, por maioria (com vinte e dois votos a favor, dos quais vinte e um do PSD e um do CDS; e doze abstenções, das quais oito do PS, três da CDU e uma do BE), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à Informação Interno/dois mil e catorze/quatro mil quinhentos e setenta e cinco, elaborada pela Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número oito, "**Proposta de nomeação do auditor externo, responsável pela Certificação Legal das Contas do Município**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou que compete à Assembleia Municipal aprovar o auditor externo, responsável pela Certificação Legal das Contas do Município. Explicou que a lei preconiza que este auditor possa estar afecto a uma mesma entidade durante dois mandatos de três anos. Assim, pretende-se solicitar autorização para que o actual auditor possa dar continuidade ao trabalho.

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com trinta e três votos a favor, dos quais vinte e um do PSD, oito do PS, três da CDU e um do BE; e uma abstenção do CDS), nos termos do número um do artigo setenta e sete da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de treze de Setembro, nomear a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, como auditor externo, responsável pela certificação legal de contas no triénio dois mil e catorze – dois mil e dezasseis, pelo valor de cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta euros, acrescido do valor do I.V.A., conforme documentos em anexo. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número nove, "**Modificação aos Documentos Previsionais dois mil e catorze – primeira revisão**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a intervenção do Vereador Hugo Moreira Luís, que explicou que esta alteração consiste, fundamentalmente, na inscrição do saldo de gerência do ano anterior nos fundos disponíveis de dois mil e catorze; na perspectiva da despesa, destacam-se os reforços das rubricas relacionadas com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e dos efluentes e ainda com as transferências correntes para as freguesias. -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e dois votos a favor, dos quais vinte e um do PSD e um do PS; e



doze votos contra, dos quais sete do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar a primeira Revisão ao Orçamento da Receita, da primeira Revisão ao Orçamento da Despesa e da primeira Revisão ao Plano de Actividades Municipais, apresentando para o Orçamento da Receita a inscrição no montante de um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros, para o Orçamento da Despesa as inscrições/reforços no montante de um milhão seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e diminuições no montante de cinquenta e quatro mil e duzentos euros, para o Plano de Actividades Municipais a inscrição/reforço no montante de um milhão seiscentos e oitenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e diminuições/anulações no montante de quarenta e três mil euros. Deliberou, ainda, nos termos do disposto na alínea a), do número três, do artigo quinto do Decreto-Lei número cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de Junho, na sua redacção actual, aprovar a utilização do saldo transitado do ano anterior nos fundos disponíveis, no montante de um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número dez, **"Empresas Municipais, Participadas e Associações – Relatórios e Contas do ano de dois mil e treze"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a apresentação destes relatórios decorre do cumprimento da lei, sendo que, nas próximas sessões, serão presentes os relatórios relativos à Tapada Nacional de Mafra e à Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (AMTRES). -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro, fazendo a leitura do texto que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO DOZE". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o relatório do revisor oficial de contas é elucidativo. Não obstante as questões financeiras da Mafreduca, esclareceu que as condições de funcionamento das escolas arrendadas estão asseguradas. -----

-- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do número dois, do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, apreciou os Relatórios e Contas do Ano de dois mil e treze do Matadouro Regional de Mafra; da Amagás – Associação de Municípios para o Gás; da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses; da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, C.R.L. e da Simtejo-Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número onze, **"Prestação de Contas do Ano Económico dois mil e treze"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a intervenção do Senhor Vereador Hugo Moreira Luís, o qual efectuou uma apresentação nos termos do ficheiro *powerpoint* que se anexa à presente acta com a denominação de "ANEXO TREZE". -----

-- Tomou a palavra o Senhor José Martinez, efectuando a leitura do documento que se anexa à acta com a designação de "ANEXO CATORZE". -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro leu o texto que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO QUINZE". -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Prestação de Contas do Ano Económico de dois mil e treze, bem como a proposta de aplicação do resultado negativo no montante de três milhões quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte e cinco euros e noventa e nove cêntimos. Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou

favoravelmente (com vinte e um votos a favor; onze votos contra, dos quais sete do PS, três da CDU e um do BE; duas abstenções, das quais um do PS e um do CDS) os referidos documentos, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro. -----

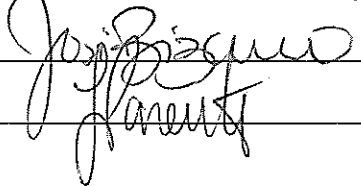
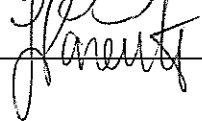
-- Terminada a discussão da ordem do dia, procedeu-se à **intervenção do público**. Verificou-se a inscrição de José Francisco Geraldês Grilo, da Malveira, que solicitou a emissão de cartão de identificação enquanto eleito da Assembleia da União das Freguesias da Malveira e de São Miguel de Alcainça. De seguida, alertou para a existência de um prédio na Avenida José Baptista Antunes e na Rua Movimento das Forças Armadas, na Malveira, cuja construção está parada, informando que os tapumes foram vandalizados e que aumentou a perigosidade, considerando a acumulação de água nas fundações. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, neste momento, decorre o último prazo que, nos termos legais, é dado ao proprietário da obra para que proceda às várias diligências com vista a garantir a segurança pública, sob pena da Câmara tomar posse administrativa do prédio. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e catorze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam cinquenta e quatro minutos das zero horas do dia trinta de Abril de dois mil e catorze. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -

-----  -----
 -----  -----

De: Jose Graca [<mailto:jmgraca.mafra2013@gmail.com>]

Enviada: terça-feira, 29 de Abril de 2014 12:34

Para: Assembleia Municipal; Ana Marques; Fátima Mata

Cc: Jaime Oliveira; Pedro Tomas; António Silva; silva.gales@gmail.com; Daniel Rebelo; hana_moi@hotmail.com; Leila Alexandre; Júlio Lopes PS; Beatriz Milharado; sergio santos

Assunto: Correções à Acta 1/2014-AM

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra

Dr. José Bizarro

Eu, José Manuel A Graça, enquanto Deputado Municipal, eleito pelo Partido Socialista no presente mandato, proferi da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro passado, diversas intervenções no PAOD que, sucintamente, passo a referir/enumerar:

Que "em nome da bancada do PS, entreguei em mão na Mesa um requerimento para que o Sr. Presidente da Assembleia providencie à formalização das diligências necessárias para que o Grupo Parlamentar do PS visite as instalações da Protecção Civil em Mafra e aos Bombeiros Voluntários de Mafra, acompanhando a já programada visita dos Vereadores do PS, agendada para 7 de Março". Esta carta, assinada por toda a bancada do PS, deve fazer parte dos anexos à Acta da Sessão.

"A disponibilidade e vontade do PS integrar uma comemoração municipal sobre a passagem do 40º aniversário do 25 de Abril de 1974, caso a Câmara venha a ter essa iniciativa."

Na página 9, 3º parágrafo, é mencionada a intervenção do Sr. Domingos Santos em que se congratulava pela criação do Conselho Municipal de Segurança em Mafra com referência à Lei 33/98 de 18 de Julho. *"Em resposta a esta intervenção, e em nome da bancada do PS, congratulei-me com esta decisão apesar de a considerar demasiada tardia, pois as condições legais ao seu funcionamento foram criadas à 16 anos atrás, no tempo do Governo do PS e só agora o Conselho de Mafra despertou para a realidade. Mas, mais vale tarde do que nunca!"*

Na posse da minuta da Acta que hoje irá a ser colocada a votação, ao verificar a exactidão da mesma constato a total inexistência de qualquer referencia as estas aluídas intervenções públicas.


Agradeço a rectificação à Acta, inserindo as minhas referidas intervenções, ainda que resumidas e denotando o essencial do que foi dito, porque tal corresponde à verdade e a uma vontade política da bancada que represento

Aceitem os meus melhores c

ump
rimentos

ANEXO I

·
José
Manuel
Graça

 Por favor pense na sua responsabilidade ambiental antes de imprimir esta mensagem

Aprovado com 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PS, 3 abstenções do PS e 3 abstenções da CD e 1 abste do BE.

José Bizama

29/4/2014

MOÇÃO

O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Abril de 2014, assinala e saúda:

1. O 40º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, pelos ideais de liberdade, democracia e desenvolvimento que esta data representa para a sociedade portuguesa.

O verdadeiro Poder Local, legitimado pelo povo em eleições diretas e universais, é uma das conquistas de Abril que nos faz aqui estar hoje, como autarcas reunidos democraticamente num órgão com diversas sensibilidades políticas.

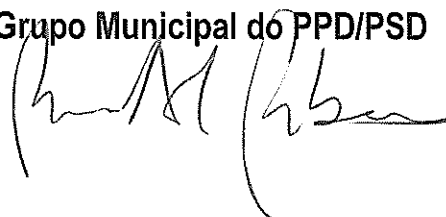
Mas foi também com a Revolução de Abril que começou uma caminhada que pôs fim a um regime ditatorial que apostou no isolamento internacional de Portugal. Numa altura em que estamos à beira de eleições europeias, importa por isso referir essa vitória de Abril, que nos levaria democraticamente a aderir à União Europeia (C.E.E., à data da adesão), permitindo afirmar Portugal no mapa das democracias ocidentais de pleno direito, contribuindo para a construção de uma nova Europa;

2. O 1º de Maio, estabelecido em 1889, e que viu a sua comemoração oficial ser suspensa durante o Estado Novo.

Importa pois, também associar à Revolução de Abril, a comemoração do Dia Internacional do Trabalhador que recorda a luta dos operários de Chicago, de 1 de Maio de 1886, por uma jornada de trabalho de oito horas e por melhores condições de trabalho.

Assembleia Municipal de Mafra, 29 de Abril de 2014

Pl Grupo Municipal do PPD/PSD



DECLARAÇÃO

Os últimos dias têm vindo a ser palco de diversas manifestações comemorativas do 40º aniversário do golpe político-militar do 25 de Abril de 1974 que se passou a designar como o “Dia da Liberdade”. Uma palavra apenas para referir que dos 16 Concelhos que integram a Área Metropolitana de Lisboa Mafra distinguiu-se nestas comemorações por ter sido o único concelho que, oficialmente, NÃO comemorou Abril.

Para o PS e para todos os democratas, esta atitude é ainda mais incrédula quando o actual Presidente da Câmara de Mafra é um ex-oficial superior do Exército e que, quanto a nós, tinha o dever deontológico de honrar os seus camaradas de armas.

Não podemos, por isso mesmo, deixar de dirigir as nossas primeiras palavras para todos aqueles Militares, que saíram de vários quartéis e da EPI de Mafra. É em nome de tantos militares - anónimos por vontade própria - e de muitos outros lutadores pela liberdade, como os mais de 70 nomes de homens e mulheres antifascistas recentemente homenageados em Mafra por um movimento de cidadania, que aqui estamos hoje, num palco da democracia de base, as Autarquias Locais.

No início desta intervenção do 25 de Abril de 74, o Partido Socialista de Mafra não pode desde já deixar de invocar a memória de dois Mafrenses que se destacaram na acção desse dia; O Coronel Marques Júnior e o Major Vítor Alves ambos já falecidos, infelizmente.

Homens que nunca se enalteciram e que sempre mantiveram a divisa, dita na conferência de imprensa na noite de 25 de Abril de 1974 «*Não houve um só chefe. Fomos todos nós!*». O Partido Socialista e cremos, toda esta Assembleia, presta desde já a sua sentida homenagem a estes Militares e o PS, em particular, ao seu antigo Militante Marques Júnior alvo de recente homenagem por parte de toda a Assembleia da Republica e figuras públicas de reconhecido mérito.

Caros Membros da Assembleia e digníssimo publico,

E no momento de extrema dificuldade que o país atravessa, seremos a voz dos que mais sofrem em Mafra. Dos que não baixam os braços. Dos que em Mafra combatem a irresponsável e obsessiva insensibilidade desta politica, do PSD e do CDS, da austeridade do custe o que custar, que semeia desemprego e empobrecimento em tudo o que faz, que está a matar a nossa economia, a asfixiar a vida das nossas famílias, e a destruir o futuro do nosso país. Uma política que envergonha o legado de todos os que lutaram pela Liberdade em Portugal.

Comemorar o 25 de Abril, sobretudo neste ano difícil, é comemorar a herança da Liberdade e da Democracia que, naquele dia, devolveu a todos os Portugueses, sem distinção.

Há quem pergunte, seguramente por não ter vivido esse dia: valeu a pena? É evidente que sim. Só os que nunca usaram os cravos nesse dia e nos anos seguintes, podem perguntar se "valeu a pena?" Porque o Povo Português sente o 25 de Abril de 1974 - e logo a seguir o 1.º de Maio - como datas que não podem ser esquecidas. Com a exceção, repito, dos que nunca usaram o cravo na lapela, mesmo nesses dias.

Sim, vivemos tempos de crise. Sim, há um desemprego assustador. Sim, há muitas razões para muita gente se queixar. Mas o Portugal de 2014 é muito diferente do de 1974, e para melhor. Basta recorrer ao INE:

Criaram-se escolas para todos; construiu-se um Serviço Nacional de Saúde; construiu-se comunicação; pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pela imprensa livre, pela liberdade de reunião e associação destruíram-se barreiras de cor, género ou classe social. Vivemos mais e com mais qualidade, somos mais escolarizados, o conforto das casas (água, luz e esgotos) não tem comparação. Soube-se construir, um viver colectivo expresso no movimento Associativo e nas Autarquias Locais. O 25 de Abril mostrou-nos que não há fatalismos e que as ditaduras - e quem as suporta - acaba sempre por cair!

A crise que vivemos não pode ser iludida, vivemos tempos difíceis, muito difíceis. As palavras «crise» e «retoma económica», continuam a ser os "bichos-papão" com que nos vão retirando direitos laborais e constitucionais, sem que a verdadeira população trabalhadora veja algo de palpável.

A coberto das sucessivas revisões do "Acordo com a Troika" o actual Governo - de forma isolada - tem vindo a produzir sucessivas alterações legislativas que apresentam sempre um mesmo denominador comum - dar mais poder a quem já o detém e fragiliza ainda mais, aqueles que vivem apenas do seu trabalho, ou das suas pensões de reforma.

Hoje, em Portugal, vive-se um tempo de ataque ao Estado Social e ao seu Serviço Nacional de Saúde, à destruição da Escola pública, aos Professores, aos Funcionários Públicos, às PME, à Inovação, enfim ... a tudo o que é estrutural, a tudo o que é recurso natural, a tudo o que dê lucro para o Estado acabando - provavelmente - com a inarrável intenção de privatização do Oceanário! Ao que chegámos!

Para que é que este enorme esforço tem servido senão para ficar ainda mais pobres os pobres e ricos os mais ricos?

Hoje é o tempo da coragem. Da coragem para a construção de uma democracia de confiança, que respeite e dê segurança aos portugueses, que desenvolva uma economia de mercado que não seja à custa dos direitos dos trabalhadores e que não continue a esconder o maior ataque dos ultraliberais ao Estado Social e ao ideal europeu que há memória.

O Partido Socialista faz aqui suas as palavras proferidas pelo militante nº 1 do PSD no passado dia 11 de Março, quando defendeu que "*não basta a liberdade, porque sem a solidariedade, a liberdade não existe*".

Está difícil mas não nos podemos resignar? Devemos honrar o duro combate dos nossos pais e avós contra o fascismo, pois eles nunca desistiram!...

No caso da presente crise não restam dúvidas sobre quem foram os que se aproveitaram das poupanças alheias e provocaram o colapso do sistema. Como é possível enfrentar-se a crise, em que os únicos que ganharam com isso tenham sido os próprios responsáveis por ela? O facto é que, passado o susto, salvos pelo dinheiro dos contribuintes, "esses" refinaram os seus métodos, aumentaram os seus privilégios e aí estão, prontos a continuar a exploração de todos, em benefício pessoal contando com a complacência de uma inconcebível falta de ética social.

Como foi possível permitir o enfraquecimento e a ineficiência do Estado, prisioneiro dos pequenos e grandes grupos de interesses que campeiam no país? Grupos que conseguiram transformar partidos políticos em agentes desses mesmos interesses particulares? Assim se chegando a uma situação de degradação inaceitável do Estado, por via da sua subordinação a interesses avulsos e pouco claros. É a lei dos credores, dos mercados, que querem sobrepor à Constituição de Abril uma outra Constituição mas esta de cariz não escrito, não votada, não escrutinada!

Temos de ser capazes de romper essa tenebrosa teia de interesses. A vida colectiva dos Portugueses assim o exige. O ano em que se comemora o 40º aniversário do 25 de Abril é também um ano em que os Portugueses irão, uma vez mais, ser chamados às urnas. É um momento de que ninguém deve ficar de fora. É urgente participar. Há que vencer o medo e não esperar que os outros resolvam os nossos problemas!

Temos jovens talentosos que aqui querem viver. Temos cidades e regiões à espera de se afirmarem. É desta matéria-prima que se fazem os sonhos. Connosco temos, muitos séculos, com um nome com que vivemos desde que nascemos.

Esse nome chama-se; Portugal.

A responsabilidade na construção de um Portugal verdadeiramente democrático é de todos nós, sem excepção.

E uma última palavra a todos os autarcas hoje homenageados que ao longo destes anos contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho e para que o 25 de ABRIL seja uma realidade!

Termino recitando uma estrofe do poema *“Trova do vento que passa”* de Manuel Alegre, escrito no exílio, em 1963

***“Mesmo na noite mais triste
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz, não!”***

Viva o 25 de Abril,

Viva Portugal.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mafra em 29 de Abril de 2014 subscreve a presente Declaração que requer ficar anexa à acta da Sessão de hoje.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa
Exmos. Membros da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Senhores Vereadores
Órgãos de Comunicação Social
Digníssimo Público

40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

“Um dia no ano 2014, quando os salários tiverem descido a níveis terceiro-mundistas; quando o trabalho for tão barato que deixe de ser o factor determinante do produto; quando tiverem ajoelhado todas as profissões para que os seus saberes caibam numa folha de pagamento miserável; quando tiverem amestrado a juventude na arte de trabalhar quase de graça; quando dispuserem de uma reserva de uns milhões de pessoas desempregadas dispostas a ser polivalentes, descartáveis e maleáveis para fugir ao inferno do desespero,

ENTÃO A CRISE TERÁ TERMINADO.

Um dia do ano 2014, quando os alunos chegarem às aulas e se tenha conseguido expulsar do sistema educativo 30% dos estudantes sem deixar rastro visível da façanha; quando a saúde se compre e não se ofereça; quando o estado da nossa saúde se pareça com o da nossa conta bancária; quando nos cobrarem por cada serviço, por cada direito, por cada benefício; quando as pensões forem tardias e raquíticas; quando nos convençam que necessitamos de seguros privados para garantir as nossas vidas,

ENTÃO TERÁ ACABADO A CRISE.

Um dia do ano 2014, quando tiverem conseguido nivelar por baixo todos e toda a estrutura social (excepto a cúpula posta cuidadosamente a salvo em cada sector), pisemos os charcos da escassez ou sintamos o respirar do medo nas nossas costas; quando nos tivermos cansado de nos confrontarmos uns aos outros e se tenham destruído todas as pontes de solidariedade.

ENTÃO ANUCIARÃO QUE A CRISE TERMINOU.”

(Concha Caballero, professora, deputada e escritora andaluza)

Quando lemos esta análise é entendível e ao mesmo tempo assustador porque parece que

Concha está a escrever sobre o nosso país, mas não, fala do seu próprio país. A crise que nos impingem é a crise do capitalismo, é a crise destas políticas que nos estão a afundar.

É neste contexto nacional e internacional que comemoramos o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despuorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

A CDU exorta todos aqueles que por puro partidarismo votam cega e acriticamente em tais políticas que pensem bem em como a sua indiferença pode conduzir o país a um beco sem saída de onde a Democracia, que tanto nos custou a construir, esteja definitivamente arredada.

A CDU manifesta a sua confiança de que o Povo Português, tal como noutros momentos muito difíceis da sua História, é capaz de inverter os acontecimentos e retomar a liberdade de construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

A CDU saúda a homenagem realizada em Mafra, pelo MUDAM (Movimento Unitário de Democratas Antifascistas de Mafra) no passado dia 5 de Abril aos antifascistas e ex. presos políticos mafrenses, que com a sua própria vida lutaram por uma sociedade livre e mais justa. Bem Hajam: **Afonso Medeiros, António Joaquim dos Reis, Carlos Cardosa, Carlos Simões, Carlos Vidal, Cassiano Ferreira, Herlânder Mota, Ismael Nabais Gonçalves, Jaime Correia, Joaquim Afonso Delgado, José Borges da Silva, José Filipe Teixeira, Mário Caracol, Mauro Pena, Miguel Medeiros, Sanches de Brito**, entre outros.

A CDU saúda, igualmente, as iniciativas populares de comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril. e o 1º Maio.

Viva o 25 de Abril!
Obrigada

Os eleitos da CDU

Rejeitado com 23 votos a favor
do PSD e 1 voto contra do CDS
9 votos a favor do PS, 3 votos a favor da
Proposta de criação de Comissão de Cultura CDU e 1 voto a
favor do BE.

Prevê o Regimento da Assembleia Municipal (Capítulo IV, artigo 45ª) que este órgão
pode, caso o pretenda, deliberar a constituição de Comissões ou Grupos de Trabalho.

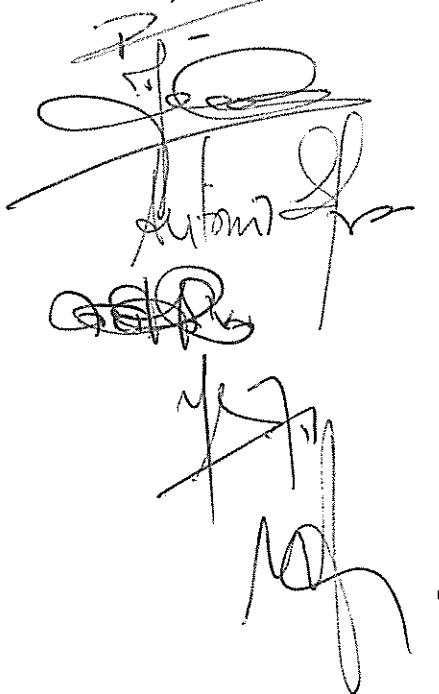
José Bizamé
29/4/2014

Considera o Partido Socialista que a candidatura do conjunto formado pelo Palácio
Nacional de Mafra, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO
deve merecer da parte deste órgão autárquico todo o empenho e acompanhamento.
Não deixamos também de salientar a importância que a recuperação dos Carrilhões de
Mafra tem para que esta candidatura tenha o esperado sucesso.

A criação da Comissão Municipal de Cultura visa essencialmente dinamizar e
acompanhar todo este processo que consideramos ser um desígnio de todas e todos
os autarcas e munícipes do Concelho independentemente de filiações partidárias.

O Grupo Municipal do PS

Mafra, 29 de Abril de 2014



Liliana Alexandre

Amândio Abalo



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 29 de Abril de 2014

Intervenção

Período antes da Ordem do Dia.

Decorrem 40 anos do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Aquele que foi, nas palavras de Sophia de Melo Breyner, **“o dia inicial, inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio”**.

Um dia que é de todos os portugueses por igual. Nem propriedade de uns, nem dívida de outros.

Chegava ao fim o regime que vigorava desde 1933 e abria-se o caminho que levaria à implantação do regime democrático após o 25 de Novembro de 1975.

Foi um período complexo e duro para todos os portugueses, em que o fiel da balança nem sempre pendeu para o lado da democracia e em que os tentáculos de diferentes ditaduras tentaram alcançar o poder.

Mas foi também um tempo de esperança pela oportunidade de construir um novo futuro.

Ao fim de 40 anos, Portugal é um país melhor. Mais democrático, mais justo, mais alfabetizado, mais solidário e mais livre.

Mas a democracia, **que é livre e não tem donos**, é sempre uma construção inacabada. Todos os dias exige de nós, cidadãos, o seu reforço e o seu aprofundamento. Participando nas decisões da vida coletiva, honrando as instituições legitimadas pelo voto dos portugueses e sabendo respeitar as opiniões e os sentidos de voto que divergem dos nossos.

ANEXO VI



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

É se muitos dos desafios do passado foram ultrapassados, novos desafios surgem no horizonte.

Somos hoje um país mais democrático, é certo. Mas:

quando a abstenção atinge valores históricos,

quando há um divórcio crescente entre a política partidária e os cidadãos,

quando os partidos demoram em abrir-se à sociedade,

quando integramos uma União Europeia onde o défice democrático persiste,

Devemos perceber que as maiores ameaças à democracia no século XXI já não são as sombras do passado. São a indiferença dos eleitores face à política partidária e a incapacidade dos partidos e dos órgãos de soberania chegarem aos cidadãos. São estes os flagelos que hoje diminuem a democracia.

Devemos hoje olhar o futuro como antes olhámos a alvorada da 3ª República. Com esperança no que poderá vir, mas também com um firme sentido de dever. Cabe-nos a todos contribuir para responder aos obstáculos do nosso destino comum!

E só o faremos olhando para a frente, não ficando com a alma presa aos fantasmas do passado.

Mafra, 29 de Abril de 2014

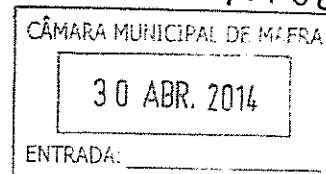
Período antes da Ordem do Dia

Solicito ao Executivo Municipal, para que junto das autoridades, seja feita uma vigilância no estacionamento do Largo da Praça, onde existe 2 lugares destinados a pessoas com necessidades específicas, e quase sempre é ocupado por quem não as têm.

Obrigando aqueles que os lugares são destinados a estacionar distante e por vezes em piso que lhes dificulta a deslocação.

Grupo Municipal CDS PP

dist. 2014/19882



Ponto 4 da OD

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra

2014/11116

Vª Exª e o seu partido durante a campanha eleitoral defenderam transparência na governação do município e prometeram a todos os mafrenses um concelho com maior qualidade de vida.

Partindo desta premissa gostaria que esclarecesse o seguinte:

Exonerar "Malg Ferraria" → 21/12/2013
 1º Qual o motivo para ter encerrado o Posto de Atendimento da Malveira, a funcionar na Casa da Cultura, obrigando os malveirenses a terem de se deslocar à Venda do Pinheiro ou a Mafra para pagarem a frequência da instalação desportiva ou para tratar de assuntos relacionados com a Acção Social Escolar, Prolongamentos escolares e Refeições, provocando um significativo prejuízo para os fregueses;

2º. Que medidas tomou o executivo para resolver o problema da cobertura do Pavilhão Desportivo da Ericeira (com data de construção - 1994 - e o facto de as placas terem sido construídas na Lusalite - empresa dedicada à construção de placas de amianto), que para além de ter amianto está com fissuras, buracos, respiradouros e junções das placas, entrando água quando chove aumentando o risco de contaminação dos alunos, professores e funcionários que ali permanecem diariamente, bem como dos munícipes que frequentam os núcleos desportivos, acarretando graves riscos para a sua saúde. Esta grave situação já foi comunicada à CM em 2010 e ainda nada foi feito...já neste ano lectivo (1º período) a escola reuniu com a CM e mais uma promessa de resolver o problema o certo é que ainda nada foi feito.

3º. Que intervenção teve o executivo junto da tutela da educação para tentar que esta resolva o mesmo problema na EB2,3 da Malveira e para quando a tão prometida e merecida escola nova?

(retíndas)

Parece que é necessária uma calamidade para que se atente a este problema!

4º. Recentemente iniciou-se no 1º ciclo a distribuição da fruta em contexto escolar de acordo com orientações do ministério da educação e do programa contra a obesidade infantil.

Gostaria de saber qual a empresa que CMM contratualizou para a compra da fruta, qual o critério de escolha utilizado, bem como qual a verba recebida do ME e qual a despesa prevista para 2014, visto estes valores não estarem referidos no orçamento da CMM.

5º. Também gostaria que explicasse se o valor da verba atribuída pelo ME ao município para as AEC (16 € por aluno) no 1º Ciclo se esgota com o pagamento aos professores feito pela empresa contratualizada para o efeito (que recebem 12 € à hora e a recibo verde) e se não, qual o valor desse diferencial e para onde é direccionada a referida verba, já que a CM não tem despesas com as AEC's para além do pagamento das horas que os professores leccionam, O que pretendo saber é se o x que a CM recebe é igual ao y que transfere para a empresa que contratualiza os professores. É claro que das verbas recebidas, dos valores pagos à empresa que contrata os professores até chegar aos mesmos parte da verba se esvai...se os professores fossem contratados directamente pela CM ou pelos agrupamentos todo o sistema de ensino beneficiaria, mas claro isso não serve os interesses daqueles que pretendem a privatização do ensino.

6º. A quando da construção da EB1/JI Hélia Correia várias famílias de etnia cigana que vivem em Mafra há mais de 20 anos foram desalojadas da antiga fábrica que ocupavam. Volvidos onze anos continuam instalados num terreno em frente à escola, na Rua Hélia Correia em condições sob humanas, em barracas, com ratos, sem o mínimo de dignidade e condições de habitabilidade.

No Facebook da CDU de Mafra foram colocados 2 vídeos, bem ilustrativos do que referi colocados pelo sr Daniel Ramires e que poderão ser visionados. Nesses vídeos as famílias fazem um apelo ao Sr. Presidente da CMM para que resolva a sua situação.

Até quando, Sr. Presidente, o seu executivo pretende manter estes cidadãos nestas condições?

Muito obrigada

Os eleitos da CDU



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 29 de Abril de 2014

Declaração de voto

Ponto 3. Projecto de Regulamento para atribuição do cartão Família.

É trazida hoje para discussão e aprovação nesta assembleia a Proposta de Regulamento para atribuição do Cartão Família.

É uma proposta que nos diz bastante. Não é de agora que o CDS-PP tem pugnado por uma política mais virada para as famílias no concelho de Mafra.

Na última década instalaram-se muitas famílias no nosso concelho. Famílias que vieram em busca de qualidade de vida, uma qualidade de vida que outros municípios não foram capazes de proporcionar e que o concelho de Mafra prometeu. Mafra enfrenta agora o desafio de corresponder a essas expectativas, de consolidar esse crescimento populacional e de procurar fixar estas famílias e as futuras gerações.

A criação do Cartão Família é sem dúvida uma medida certa neste caminho que temos de percorrer e, por isso mesmo, esta proposta terá o voto favorável do CDS-PP.

No entanto, não podemos deixar de alertar para a necessidade de uma política global e integrada de apoio às famílias.

Uma política para a família não pode ignorar que é urgente uma fiscalidade mais amiga das famílias, com maior respeito por quem fez um grande esforço por adquirir casa no nosso concelho e agora é confrontado com taxas draconianas de IMI.

Uma política para a família não pode ignorar que é urgente que as taxas de água e saneamento tenham em conta a dimensão dos agregados familiares.

Uma política para a família não pode ignorar que é urgente criar uma nova política de mobilidade na área metropolitana de Lisboa, tornando menos penosos os movimentos pendulares que os nossos concidadãos todos os dias se vêm obrigados a realizar.

ANEXO IX



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Esperamos que a criação deste Cartão Família seja o primeiro passo de um caminho que deve ser percorrido, e não apenas uma medida avulsa, sob pena de se tornar inconsequente.

O Grupo Municipal do CDS-PP
Ana Bela Castanheiro Costa

PONTO 4 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, relativamente aos pontos 4.1 e 4.2, propõe à votação da Digníssima Assembleia, as seguintes indicações:

4.1 – Eleição de 4 Presidentes de Junta/União de Freguesia.

- **Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira;**
- **Presidente da Junta de Freguesia de Mafra;**
- **Presidente da União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça;**
- **Presidente da União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.**

A escolha, destes 4 Presidentes, decorre do facto de as suas freguesias corresponderem à área mais urbana do Concelho, ao eixo viário principal e às zonas mais populacionais.

4.2 – Eleição de 2 cidadãos de reconhecida idoneidade.

- **Sr. Jorge Manuel Monteiro Barreiros – Director do Agrupamento de Escolas da Malveira, Professor na Escola Básica 2+3 da Malveira.**
- **Sr. Luís Filipe de Almeida Cordeiro – Presidente da Direcção da Casa do Povo do Gradil, ex-Presidente da Junta de Freguesia do Gradil.**

A escolha, destes 2 cidadãos, decorre do facto de pela sua experiência profissional ligadas às áreas da Educação e Juventude, das Autarquias e Sector Social, constituírem uma mais-valia, associada ao conhecimento profundo que possuem da realidade e dinâmicas sociais do Concelho de Mafra.

Assembleia Municipal de Mafra, 29 de Abril de 2014

O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

--- AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE, no presente acto de Instalação do Conselho Municipal de Segurança, no Auditório da Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, sito na Vila da Ericeira perante mim, Américo José de Oliveira Peralta, 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Mafra, compareceu JOSÉ ALVES BIZARRO DUARTE, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA, a fim de tomar posse como membro do Conselho Municipal de Segurança de Mafra, conforme o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 33/98 de 18 de Julho. -----

--- O membro a tomar posse será agora chamado pelo seu respectivo nome, devendo dirigir-se à Mesa para assinatura do respectivo termo.-----

--- Após verificada a respectiva identidade e legitimidade, procedeu o mesmo à assinatura deste Termo de Posse: -----

--- ***Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.*** -----

Presidente da Assembleia Municipal de Mafra,

(José Alves Bizarro Duarte)

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal

(Américo José de Oliveira Peralta)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

--- AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE, no presente acto de Instalação do Conselho Municipal de Segurança, no Auditório da Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, sito na Vila da Ericeira perante mim, José Alves Bizarro Duarte, Presidente da Assembleia Municipal de Mafra, compareceram os cidadãos abaixo assinados, a fim de tomarem posse como membros do Conselho Municipal de Segurança de Mafra, conforme o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho. -----

--- Os membros a tomar posse serão agora chamados pelo seu respectivo nome, devendo dirigir-se à Mesa para assinatura do respectivo termo.-----

--- Após verificada a respectiva identidade e legitimidade, procederam os mesmos à assinatura deste Termo de Posse: -----

--- ***Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.*** -----

Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

Vereadora do Pelouro,

(Aldevina Maria Machado Rodrigues)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

**Presidentes das Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia,
(designados na Assembleia Municipal de 29.04.2014)**

Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira,

(Joaquim Filipe Abreu dos Santos)

Presidente da Junta de Freguesia de Mafra

(Antonio Manuel Ramalho Pereira)

**Presidente da União de Freguesias da Malveira e São Miguel de
Alcainça**

(José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro)

**Presidente da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo
Estêvão das Galés**

(Jorge Manuel Zeferino Lourenço)




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

Representante do Ministério Público da Comarca,



(Hélder Renato Moreira dos Santos Cordeiro)

**Comandante do Destacamento Territorial de Mafra da Guarda
Nacional Republicana,**



(José António Santana de Campos)

**Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de
Mafra e Malveira,**



(José António Santana de Campos)

**Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de
Ericeira,**

(Alexandre Fanico Dias)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

**Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de
Livramento,**

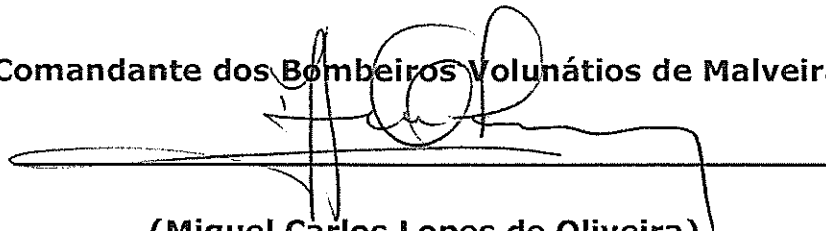
(António José Correia Guedes)

Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mafra,



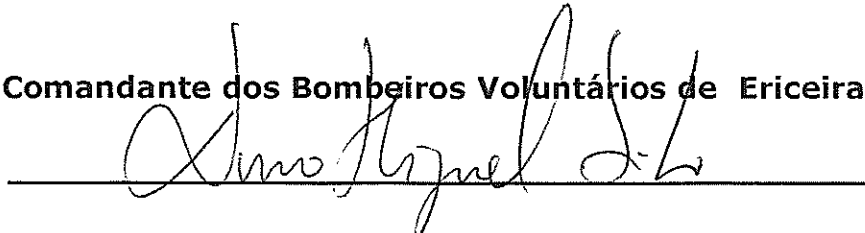
(Cláudio Roberto Saraiva de Almeida)

Comandante dos Bombeiros Voluntários de Malveira,



(Miguel Carlos Lopes de Oliveira)

Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ericeira,



(Nuno Miguel Amaral Luis Conceição Silva)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

Representante da Delegação Marítima da Ericeira

(António Agostinho da Silva Amaral)

Polícia Marítima de Cascais,

(Rui de Mesquita Luís)

Coordenador da Protecção Civil Municipal,

(Carlos Júlio Batista Trindade)

Coordenadora da Polícia Municipal,

(Sónia Maria Coutinho Pereira)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

TERMO DE POSSE

Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social do

Concelho de Mafra

(António Silva Gomes)

Representante do Instituto da Segurança Social

(Cidália Lopes Soares)

Presidente da ACISM, Associação do Comércio, Indústria e Serviços do

Concelho de Mafra,

(Domingos Joaquim Filipe dos Santos)



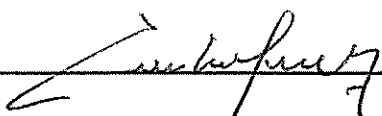
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

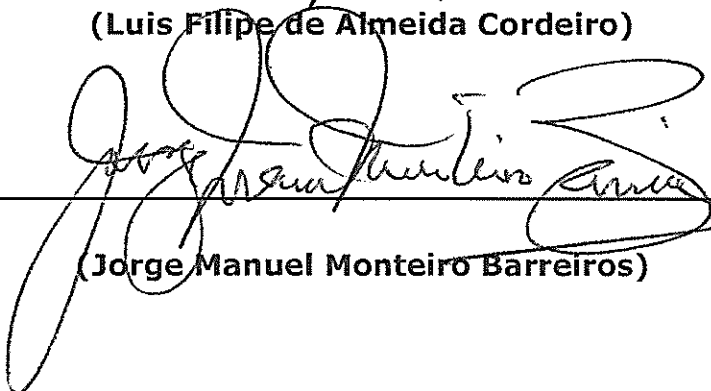
TERMO DE POSSE

Cidadãos de reconhecida idoneidade

(designados na Assembleia Municipal de 29.04.2014)

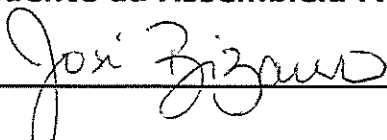


(Luis Filipe de Almeida Cordeiro)



(Jorge Manuel Monteiro Barreiros)

O Presidente da Assembleia Municipal



(José Alves Bizarro Duarte)



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 29 de Abril de 2014

Intervenção

Ponto 10. Empresas Municipais, Participadas e Associações – Relatórios e Contas do ano de 2013

Foi-nos entregue um conjunto vasto de documentos referentes a diferentes empresas e associações nas quais o município de Mafra participa, nomeadamente: a Giatul, o Matadouro Municipal de Mafra, a Municípia, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, a SimTejo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a AmaGás.

Da análise dos documentos que nos foram facultados, pareceu-nos especialmente preocupante o que consta do relatório da Giatul, EM.

Conforme se pode ler na página 1 do Relatório do Fiscal Único, na alínea A do nº 3:

A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA” em 40%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31 de Dezembro de 2012 a “Mafreduca, SA” apresentou capitais próprios negativos em 11.014.575 euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013”

É ainda possível ler que, tendo em conta a lei 50/2012 de 31 de Agosto, a “Giatul, EM” terá de alienar esta participação na “Mafreduca, SA”, estando neste momento a desenvolver esforços nesse sentido.

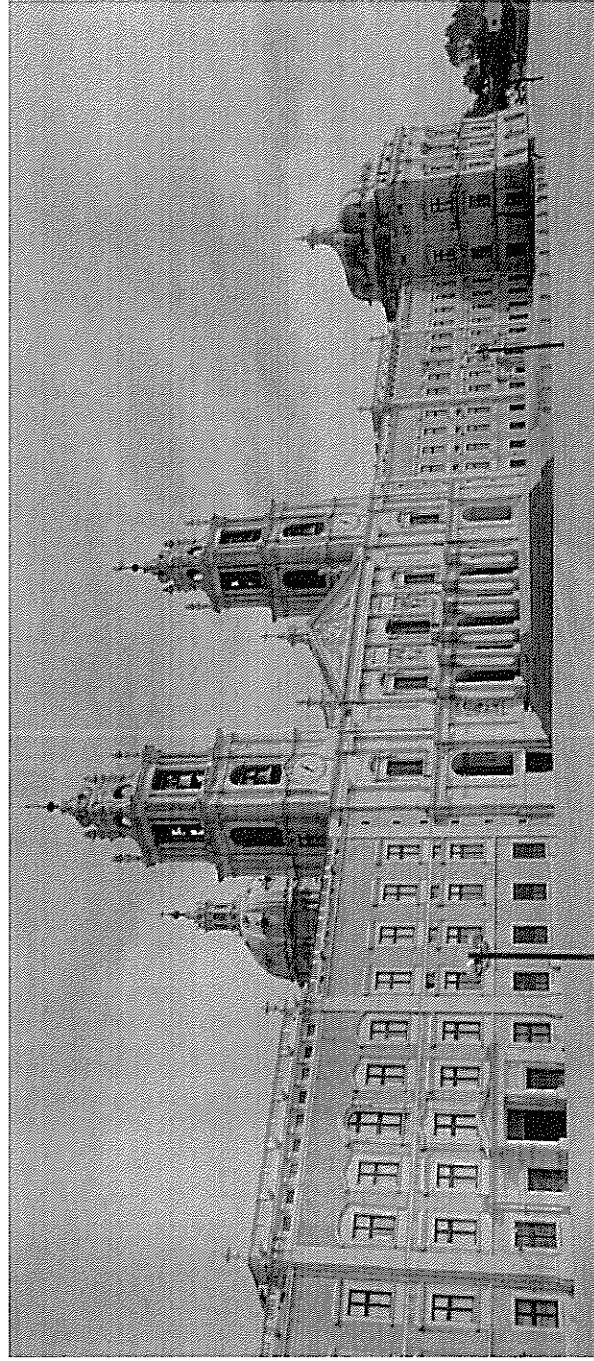
Assim, gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual a informação que tem neste momento sobre a situação que a “Mafreduca” atravessa e quais os riscos que isso implica para a rede de escolas do concelho.

Gostaríamos também de perguntar qual o ponto da situação desta alienação e em que medida isso afectará ou não os contratos em vigor entre a “Mafreduca” e o município de Mafra.

O Grupo Municipal do CDS PP
Ana Bela Castanheiro Costa

Documentos Previsionais 2014

ORÇAMENTO MUNICIPAL
GRANDES OPÇÕES DO PLANO
Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Actividades Municipais



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

Orçamento

Estrutura da Receita e da Despesa

Receita e Despesa - comparação das dotações previstas

Impostos do Estado – evolução previewonal

GOP's - por objectivo e comparação das dotações previstas

Empréstimos de médio e longo prazo – evolução previewa

Orçamento

RECEITAS CORRENTES		2014		%	
01	Impostos Directos	20 570 275,0	31,43%		
02	Impostos Indirectos	1 956 285,0	2,99%		
04	Taxas, Multas e outras Penalidades	3 256 800,0	4,98%		
05	Rendimentos de Propriedade	207 505,0	0,32%		
06	Transferências Correntes	11 060 805,0	16,90%		
07	Venda de Bens e Serviços	8 310 740,0	12,70%		
08	Outras Receitas Correntes	322 665,0	0,49%		
Total das Receitas Correntes		45 685 075,0	69,80%		
RECEITAS DE CAPITAL		2014		%	
09	Venda de Bens de Investimento	11 441 715,0	17,48%		
10	Transferências de Capital	8 187 780,0	12,51%		
11	Activos Financeiros	5,0	0,00%		
12	Passivos Financeiros	10,0	0,00%		
13	Outras Receitas de Capital	136 650,0	0,21%		
Total das Receitas Capital		19 766 160,0	30,20%		
OUTRAS RECEITAS		2014		%	
15	Reposições não Abonos Pagamentos	5,0	0,00%		
16	Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,00%		
Total Outras Receitas		5,0	0,00%		
TOTAL DAS RECEITAS		65 451 240,0	100,00%		
DESPESAS CORRENTES		2014		%	
01	Despesas com Pessoal	14 609 520,0	22,3%		
02	Aquisição de Bens e Serviços	23 056 640,0	35,2%		
03	Juros e outros Encargos	485 000,0	0,7%		
04	Transferências Correntes	2 380 830,0	3,6%		
05	Subsídios	0,0	0,0%		
06	Outras Despesas Correntes	1 412 745,0	2,2%		
Total das Despesas Correntes		41 944 735,0	64,1%		
DESPESAS DE CAPITAL		2014		%	
07	Aquisição de Bens de Capital	22 334 945,0	34,1%		
08	Transferências de Capital	42 000,0	0,1%		
09	Activos Financeiros	5,0	0,0%		
10	Passivos Financeiros	745 180,0	1,1%		
11	Outras Despesas de Capital	384 375,0	0,6%		
Total das Despesas Capital		23 506 505,0	35,9%		
TOTAL DAS DESPESAS		65 451 240,0	100,0%		

Estrutura da Receita

Rubrica	Designação	2014	Unidade: Euro	(%)
01	Impostos Directos	20 570 275,0		31,4%
02	Impostos Indirectos	1 956 285,0		3,0%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 256 800,0		5,0%
05	Rendimentos de Propriedade	207 505,0		0,3%
06	Transferências Correntes	11 060 805,0		16,9%
07	Venda Bens e Serviços Correntes	8 310 740,0		12,7%
08	Outras Receitas Correntes	322 665,0		0,5%
09	Venda de Bens de Investimento	11 441 715,0		17,5%
10	Transferências de Capital	8 187 780,0		12,5%
11	Activos Financeiros	5,0		0,0%
12	Passivos Financeiros	10,0		0,0%
13	Outras Receitas Capital	136 650,0		0,2%
15	Reposições Não Abatidas Pag.	5,0		0,0%
Total de Receitas Correntes		45 685 075,0		69,8%
Total de Receitas de Capital		19 766 160,0		30,2%
Total de Outras Receitas		5,0		0,0%
Total		65 451 240,0		100,0%

Estrutura da Despesa

Rubrica	Designação	2014	Unidade: Euro (%)
01	Despesas com o Pessoal	14 609 520,0	22,3%
02	Aquisição de Bens e Serviços	23 056 640,0	35,2%
03	Juros e Outros Encargos	485 000,0	0,7%
04	Transferências Correntes	2 380 830,0	3,6%
05	Subsídios	0,0	0,0%
06	Outras Despesas Correntes	1 412 745,0	2,2%
07	Aquisição de Bens de Capital	22 334 945,0	34,1%
08	Transferências de Capital	42 000,0	0,1%
09	Activos Financeiros	5,0	0,0%
10	Passivos Financeiros	745 180,0	1,1%
11	Outras Despesas de Capital	384 375,0	0,6%
Total de Despesas Correntes		41 944 735,0	64,1%
Total de Despesas de Capital		23 506 505,0	35,9%
Total		65 451 240,0	100%

Receitas – comparação das dotações previstas

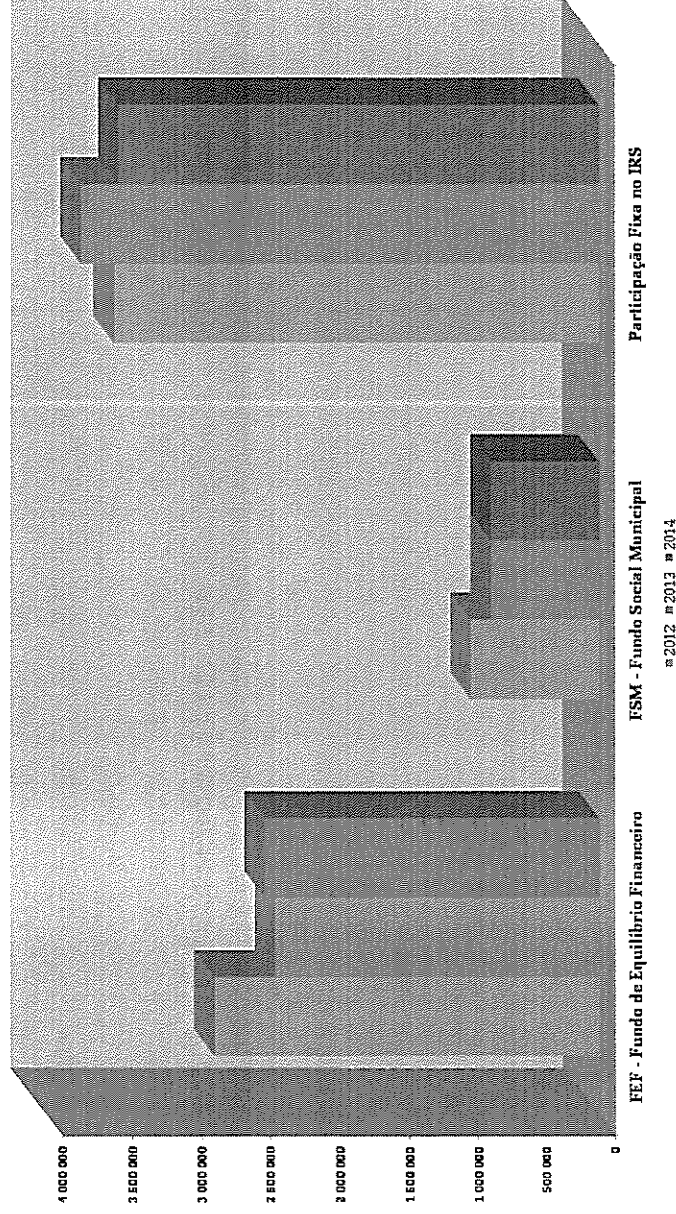
Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2012		2013		Variação 2012/2013		2014		Variação 2013/2014	
		Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
01	Impostos Directos	18 344 585,0	17 851 610,0	-492 975,0	-2,7	20 570 275,0	2 718 665,0	15,2			
02	Impostos Indirectos	1 582 610,0	2 041 430,0	458 820,0	29,0	1 956 285,0	-85 145,0	-4,2			
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 687 265,0	3 275 790,0	-411 475,0	-11,2	3 256 800,0	-18 990,0	-0,6			
05	Rendimentos de Propriedade	278 585,0	434 875,0	156 290,0	56,1	207 505,0	-227 370,0	-52,3			
06	Transferências Correntes	11 959 285,0	12 028 465,0	69 180,0	0,6	11 060 805,0	-967 660,0	-8,0			
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	6 790 830,0	6 315 240,0	-475 590,0	-7,0	8 310 740,0	1 995 500,0	31,6			
08	Outras Receitas Correntes	537 500,0	100 890,0	-436 610,0	-81,2	322 665,0	221 775,0	219,8			
09	Venda de Bens de Investimento	9 000 050,0	7 734 925,0	-1 265 125,0	-14,1	11 441 715,0	3 706 790,0	47,9			
10	Transferências de Capital	3 642 515,0	4 284 950,0	642 435,0	17,6	8 187 780,0	3 902 830,0	91,1			
11	Activos Financeiros	0,0	5,0	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0			
12	Passivos Financeiros	905 185,0	1 863 495,0	958 310,0	105,9	10,0	-1 863 485,0	-100,0			
13	Outras Receitas de Capital	7 000 000,0	7 000 000,0	0,0	0,0	136 650,0	-6 863 350,0	-98,0			
15	Reposições Não Abatidas Parlamentar	5,0	5,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0			
	Total de Receitas Correntes	43 180 660,0	42 048 300,0	-1 132 360,0	-2,6	45 685 075,0	3 636 775,0	8,6			
	Total de Receitas de Capital	20 547 750,0	20 883 375,0	335 625,0	1,6	19 766 160,0	-1 117 215,0	-5,3			
	Total Outras Receitas	5,0	5,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0			
	Total	63 728 415,0	62 931 680,0	-796 735,0	-1,3	65 451 240,0	2 519 560,0	4,0			

Impostos do Estado – evolução previsional

Unidade: Euro

Designação	2012	2013	Variação 2012/2013		2014	Variação 2013/2014	
			Abs.	(%)		Abs.	(%)
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 349 270,0	2 347 825,0	-1 445,0	-0,1	2 425 175,0	77 350,0	3,3
FSM - Fundo Social Municipal	788 560,0	788 305,0	-255,0	0,0	788 305,0	0,0	0,0
Participação Fixa no IRS	3 754 840,0	3 754 840,0	0,0	0,0	3 485 530,0	-269 310,0	-7,2
Total	6 892 670,0	6 890 970,0	-1 700,0	0,0	6 699 010,0	-191 960,0	-2,8



Despesas – comparação das dotações previstas

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2012		2013		2014		Variação 2012/2013		Variação 2013/2014	
		Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
01	Despesas com o Pessoal	14 148 205,0	3,0	14 578 925,0	3,0	14 609 520,0	0,2	430 720,0	3,0	30 595,0	0,2
02	Aquisição de Bens e Serviços	22 378 980,0	-2,7	21 765 595,0	-2,7	23 056 640,0	5,9	-613 385,0	-2,7	1 291 045,0	5,9
03	Juros e Outros Encargos	199 300,0	-41,1	117 460,0	-41,1	485 000,0	312,9	-81 840,0	-41,1	367 540,0	312,9
04	Transferências Correntes	2 560 760,0	-4,4	2 448 590,0	-4,4	2 380 830,0	-2,8	-112 170,0	-4,4	-67 760,0	-2,8
05	Subsídios	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,0	-50,0	-100,0
06	Outras Despesas Correntes	1 457 410,0	19,0	1 733 950,0	19,0	1 412 745,0	-18,5	276 540,0	19,0	-321 205,0	-18,5
07	Aquisição de Bens de Capital	21 996 090,0	-10,3	19 734 970,0	-10,3	22 334 945,0	13,2	-2 261 120,0	-10,3	2 599 975,0	13,2
08	Transferências de Capital	187 120,0	8,5	203 060,0	8,5	42 000,0	-79,3	15 940,0	8,5	-161 060,0	-79,3
09	Activos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0
10	Passivos Financeiros	800 500,0	6,1	849 080,0	6,1	745 180,0	-12,2	48 580,0	6,1	-103 900,0	-12,2
11	Outras Despesas de Capital			1 500 000,0		384 375,0	-74,4			-1 115 625,0	-74,4
	Total de Despesas Correntes	40 744 705,0	-0,2	40 644 570,0	-0,2	41 944 735,0	3,2	-100 135,0	-0,2	1 300 165,0	3,2
	Total de Despesas de Capital	22 983 710,0	-3,0	22 287 110,0	-3,0	23 506 505,0	5,5	-696 600,0	-3,0	1 219 395,0	5,5
	Total	63 728 415,0	-1,3	62 931 680,0	-1,3	65 451 240,0	4,0	-796 735,0	-1,3	2 519 560,0	4,0

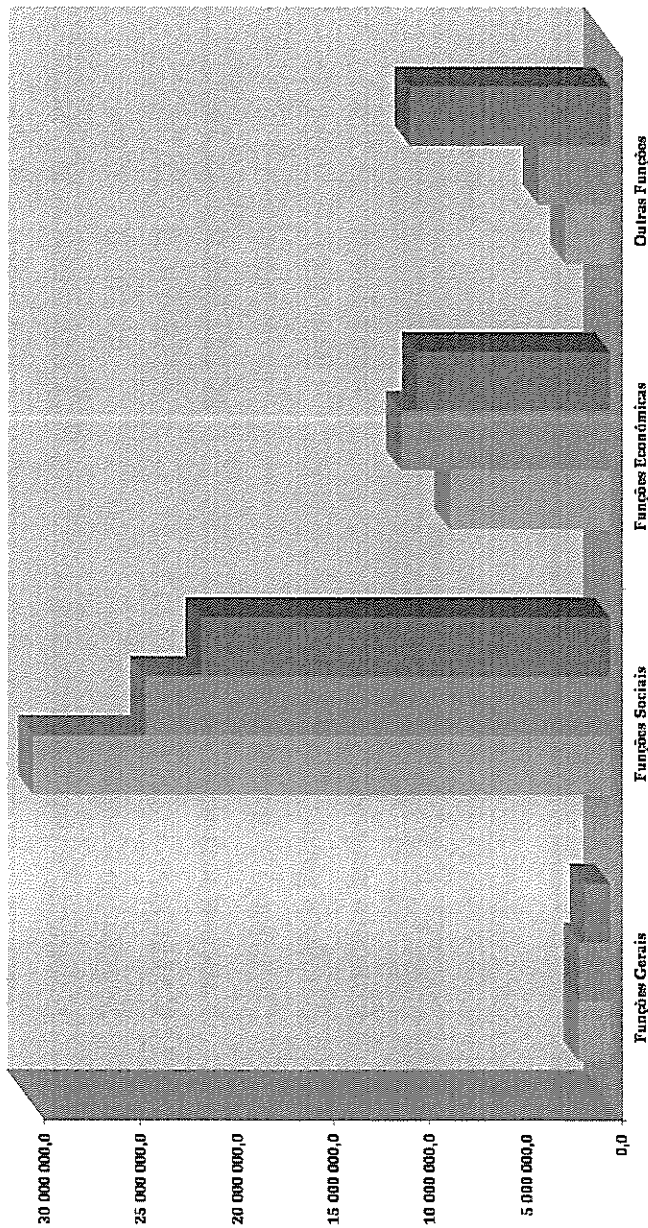
Grandes Opções do Plano por objectivo

Objectivo	Descrição	Valor	Unidade: Euro	%
1.	Funções gerais	1 335 305,0		3,1%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	858 565,0		2,0%
1.2.	Segurança e ordem públicas	476 740,0		1,1%
2.	Funções sociais	21 272 085,0		49,5%
2.1.	Educação	8 599 850,0		20,0%
2.3.	Segurança e acção sociais	97 700,0		0,2%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	11 916 445,0		27,7%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	658 090,0		1,5%
3.	Funções económicas	10 000 100,0		23,3%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça	67 750,0		0,2%
3.2.	Indústria e Energia	1 476 900,0		3,4%
3.3.	Transportes e comunicações	7 375 185,0		17,2%
3.4.	Comércio e turismo	611 390,0		1,4%
3.5.	Outras funções económicas	468 875,0		1,1%
4.	Outras funções	10 377 630,0		24,1%
4.1.	Operações da dívida autárquica	9 190 185,0		21,4%
4.2.	Transferências entre administrações	1 187 445,0		2,8%
Total		42 985 120,0		100,0%

GOP – comparação das dotações previstas

Unidade: Euro

Obj. Designação	2012	2013	Variação 2012/2013		2014		Variação 2013/2014	
			Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
1. Funções Gerais	1 683 165,0	1 661 085,0	-22 080,0	-1,31	1 335 305,0	-325 780,0	-19,61	
2. Funções Sociais	29 966 040,0	24 117 295,0	-5 848 745,0	-19,52	21 272 085,0	-2 845 210,0	-11,80	
3. Funções Económicas	8 309 345,0	10 826 125,0	2 516 780,0	30,29	10 000 100,0	-826 025,0	-7,63	
4. Outras Funções	2 365 520,0	3 786 255,0	1 420 735,0	60,06	10 377 630,0	6 591 375,0	174,09	
Total	42 324 070,0	40 390 760,0	-1 933 310,0	-4,57	42 985 120,0	2 594 360,0	6,42	

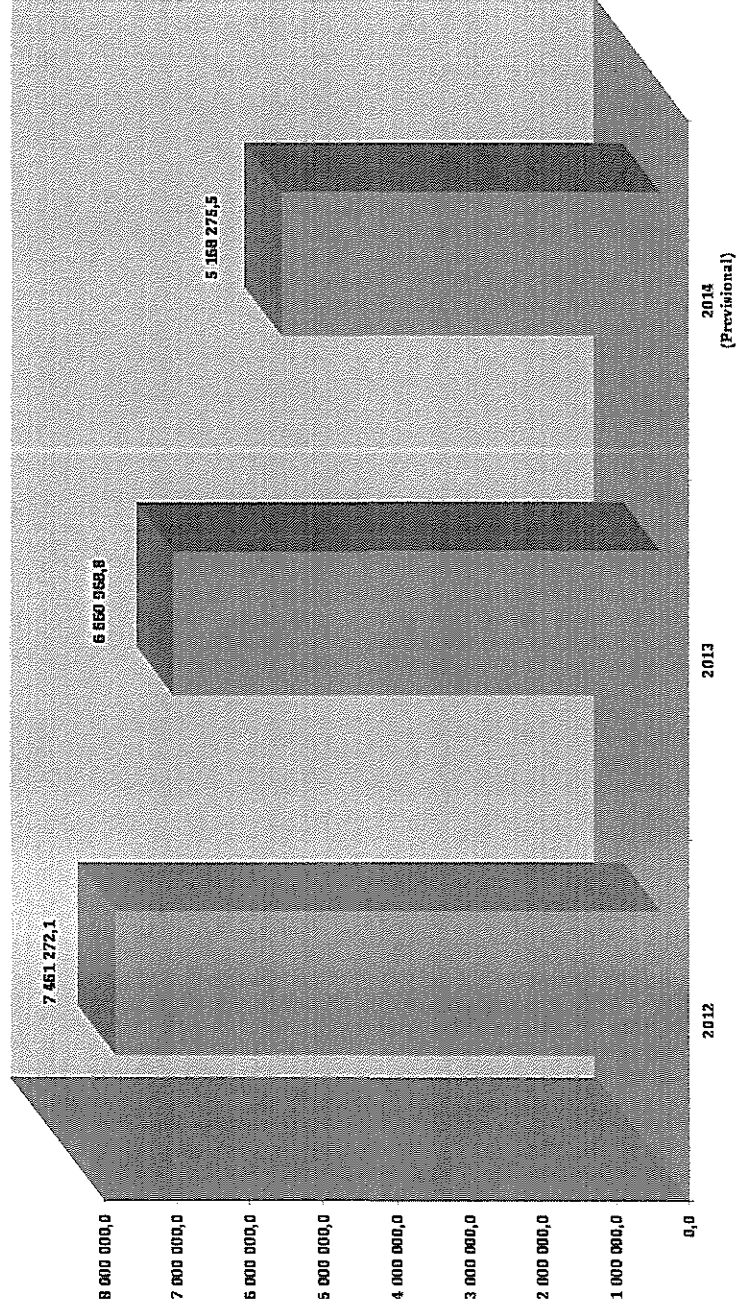


Empréstimos de médio e longo prazo - evolução

Unidade: Euro

Empréstimos M. L. Prazo	2012		2013		2014 (Previsional)		2014 (Previsional)	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)

Total	6 654 011,3	5 915 025,7	-738 985,6	-11,1%	5 168 275,5	-746 750,2	-12,6%
--------------	-------------	-------------	------------	--------	-------------	------------	--------



CDU

Mafra

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PCP/PEV Concelho de Mafra

Boa noite a todos,

Hoje não me apetece fazer uma intervenção política.

Vou antes contar uma história, fazer uma reportagem, uma pequena ficção.

Era uma vez um Concelho, tal como outros Concelhos de um País, muito pobre que vivia um dia a dia de trabalho e, de tal forma era esmagado pela luta da sobrevivência diária, que quase não dava conta da opressão a que estava sujeito pela ditadura das famílias possidentes que dominavam o poder político.

Foram suportando os sacrifícios do dia a dia até que um dia começaram a ver os seus filhos e netos a irem para uma guerra para terras que diziam que eram nossas e começaram a não gostar!

Alguns foram chamando a atenção dos outros, mas eram presos e perseguidos e eram denegridos com "rótulos" a que eram associados os maiores horrores.

Eles não desistiam e por cada um preso nasciam dois!

Numa manhã de Abril, os militares, fartos da guerra, que roubava os filhos, os netos, as noivas do seu povo, derrubaram a ditadura que os oprimia.

O povo do Concelho saiu à rua e a alegria foi tanta que dançavam, cantavam e mais do que isso, reclamavam a restauração das armas que lhes permitissem gerir o seu próprio destino.

E conseguiram-no!

Votaram, muitos e muitos já velhos, pela primeira vez.

Os seus representantes fizeram uma Constituição linda que os incitava a acabar com a exploração do homem pelo homem, a desenvolverem-se de forma livre e independente e a organizarem-se localmente.

Nasceu o Poder Local.

Nalguns casos bem, noutros menos bem, o tal Concelho foi-se desenvolvendo e ano após ano ao longo de 30 anos, uma classe política foi-se assenhorando desse poder beneficiando um grupo de acólitos.

O leader dos políticos concelhios beneficiava os seus apoiantes na base de obras que tinham que ser feitas, mas sempre assentes no endividamento que permitia que o custo incluísse as prebendas.

Inauguraram-se escolas, centros culturais e desportivos, instalações de carácter social e até, à imagem e semelhança do "grande" leader central, uma AUTO ESTRADA!

O leader do Concelho, sempre confiante que "o futuro a Deus pertence" foi criando compromissos que ano após ano lhe foram limitando a capacidade de satisfazer os apoiantes, mas sempre com o escalonamento financeiro que lhe permitia a continuidade, honra lhe seja feita!

Assim nasceu uma nova geração que achou que tinha chegado a sua hora. Era preciso "renovar", como diziam e criaram uma Lei que obrigou o leader do Concelho a abdicar.

Este ainda pensou que poderia manter o seu clã no poder e para voltar a ganhar as eleições baixou o IMI.

O clã maior ganhou, mas o seu clã, dentro do clã maior foi derrotado.

Os vencedores que sempre lhe vinham comer à mão, não hesitaram, com um estudo encomendado à Pricewaterhouse, pôr a nu as debilidades económicas do Concelho acrescentando às debilidades económicas debilidades financeiras que justificassem o saque dos municípios, já espoliados pelos amigos do novo leader que tinha tomado o poder central, e logo no primeiro mês do "renovado" mandato aumentaram o IMI em 66%.

Sub-repticiamente deram o "estudo" à comunicação social.

O antigo leader reagiu e pôs os pontos nos i's, mas infelizmente, o mundo é ingrato, os antigos apoiantes, sabe-se lá porque, apoiaram o novo leader e fizeram vista grossa à tramoia, não porque não soubessem, porque havia uns quantos na Assembleia que logo disseram que o rei ia nu...

A falta de vergonha é tanta que hoje apresentam contas que confirmam as teses do pequeno grupo que não se cala na Assembleia.

Hoje eles podem aprovar as contas, mas os ventos são de mudança e um ABRIL NOVO VAI NASCER PELA FORÇA DO POVO!

Abril VENCERÁ!



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 29 de Abril de 2014

Declaração de voto

Ponto 11. Prestação de Contas do Ano Económico 2013

É-nos apresentada pela Câmara Municipal a Prestação de Contas do ano económico de 2013.

Sendo uma ferramenta fundamental para avaliar a governação no nosso concelho e a gestão do dinheiro dos contribuintes, mereceu a nossa maior atenção e cuidado.

A documentação entregue é, como não poderia deixar de ser, bastante extensa e complexa, essencialmente de natureza técnica. No entanto é importante termos sempre em mente que a Assembleia Municipal é um órgão político e, por isso, o juízo que deve emitir sobre as contas de 2013 é apenas um juízo político e não técnico ou legal.

Olhando para os relatórios entregues, gostaríamos de destacar desde logo o défice existente. Um défice superior a três milhões e meio de euros. Desde 2009, os sucessivos défices já acumularam um valor superior a **25 milhões de euros!** Défices que se traduzem em dívida e custos de financiamento para o município e para os contribuintes.

Simultaneamente verifica-se uma crescente dificuldade na cobrança de receitas, apesar da política fiscal agressiva que este município pratica. A receita do município em 2013 diminuiu **cinco milhões de euros** em relação a 2012. É evidente a saturação dos contribuintes mafrenses e o erro de persistir neste tipo de política fiscal.

Voltamos ainda a alertar para a não execução da Venda de Bens de Investimento. O município de Mafra anda há anos a prever receitas volumosas com a venda de terrenos. Consegue assim autorização para fazer mais despesas em cada orçamento. Mas, chegada a prestação de contas, o que se observa é sempre o mesmo: as despesas estão feitas, mas a receita não veio porque a taxa de execução é de **0%**. Já

ANEXO XV



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

o dissemos várias vezes e relembramos: entendemos que esta forma de construir e executar os orçamentos não é politicamente honesta.

Os empréstimos de curto prazo têm também sido alvo da nossa atenção. A antecipação de receitas não pode ser entendida como uma ferramenta de uso recorrente. O aumento da utilização destes empréstimos de curto prazo levou a uma subida de **51%** dos passivos financeiros que constam das Despesas de Capital.

Por fim, entendemos como preocupante o crescente peso do serviço da Dívida nas contas do município.

Olhando para este relatório de contas, fica evidente a opção política que tem sido seguida neste município. Uma opção política que se tem traduzido numa política fiscal excessivamente agressiva. Uma opção política que se tem traduzido num endividamento galopante e preocupante.

Não é esse o nosso caminho. Assim, e porque não podemos sancionar politicamente estas opções de governação, ~~votamos contra~~ ^{mas votamos a favor} o relatório apresentado.

O Grupo Municipal do CDS-PP
Ana Bela Castanheiro Costa